



Quanto a indagação da necessidade da apresentação do modelo do item licitado (item IV.I – Da proposta de acordo com o edital) percebe-se claramente que em qualquer momento foi solicitada a obrigatoriedade da apresentação do modelo, seja no termo de referência, documento norteador do certame que originou o registro de prelos, seja no edital propriamente dito.

Registre-se que o item 6.1.1. do Edital cita:

“6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

6.1.O licitante além de cadastrar seus preços na plataforma no campo LOTES onde será disputado os lances, deverá TAMBÉM enviar/anexar sua proposta "física" devidamente preenchida, no sistema eletrônico no campo "documentos exigidos e anexados pelo participante", contendo em sua proposta física ao menos os seguintes campos abaixo:

6.1.1. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando foro caso. (Grifo nosso).

6.1.2. Unidade de medida, conforme Termo de Referência;

6.1.3. Quantidade do Item/Lote, conforme Termo de Referência;

6.1.4. Valor unitário contendo até duas casas decimais;

6.1.5. Valor total do item ou lote, e;

6.1.6. Marca, Fabricante e Modelo (no que couber);” (Grifo nosso).

Desta forma, o edital trás de forma clara o entendimento de que o modelo deverá constar apenas na proposta e está condicionado ao caso em que por necessidade de demonstração for aplicável ou que couber.

Registro que é de total responsabilidade do licitante fornecer produtos condizentes com as descrições solicitadas no edital, bem como comercializar produtos certificados pelos órgãos regulamentadores, sob pena de sanções.

Não obstante aos termos da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, qual seja:

"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial"

Vimos pelo presente informar que este setor pela terceira vez observou a solicitação de impugnação da referida empresa no que tange ao “Anexo II – Microorganismos para avaliação da atividade antimicrobiana” e novamente trazemos a luz o parecer do Ilustríssimo Sr. Farmacêutico responsável pelo Hospital Maternidade Santa Theresinha e os fatos narrados por este servidor nos processos 14418/2024 e 3511/2024, seguindo cópia parcial, respectivamente, dos eventos #11 e #04:





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ VALE RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

"A RDC nº 744/23 dispõe sobre as condições para o registro e a rotulagem de produtos saneantes com ação antimicrobiana, não cabendo a este órgão solicitar qualquer laudo de eficácia antimicrobiana, e sim do próprio fabricante apresenta-los no momento do registro do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária;" (cópia literal do trecho).

Pelos fatos expostos este setor pede o indeferimento total do pedido de impugnação em tela.

São José do Vale do Rio Preto, 29/05/2024.

Cristiano Henrique Teixeira da Silva Júnior
Assessor de Planejamento





MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

D6367D801BF3437EBED0518F70563B48

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/D6367D801BF3437EBED0518F70563B48>